

COORDENADORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

COMUNICADO

Em conformidade com a Lei Complementar nº 846, de 04-6-1998

Balço Patrimonial - Instituto de Responsabilidade Social SÍRIO-LIBANÊS - Hospital Geral DO Grajaú "Professor Liberato John Alphonse Di Dio"

Instituto de Responsabilidade Social SÍRIO-LIBANÊS Unidade Hospital Geral do Grajaú "Professor Liberato John Alphonse Di Dio"

CNPJ nº 09.538.688/0005-66

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS "CARVE-OUT" EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em Reais - R\$)				Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em Reais - R\$)			
Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020	Passivo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante				Passivo circulante			
Recursos financeiros vinculados à projetos	4	3.150.523	5.226.978	Fornecedores	9	6.229.148	7.342.743
Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios	5	-	108.366	Arrendamento a pagar	10	247.959	-
Estoques	6	2.196.725	3.989.312	Obrigações trabalhistas	11	12.318.359	12.109.841
Créditos diversos		494.494	504.326	Obrigações tributárias de terceiros	12	207.806	541.827
				Outras contas a pagar	-	393.696	12.061
				Receita diferida	-	-	431.000
				Total do passivo circulante		19.396.968	20.437.472
Total do ativo circulante		5.841.742	9.828.982	Passivo não circulante			
				Arrendamento a pagar	10	557.908	-
				Provisão para demandas judiciais	13	6.002.192	10.608.750
				Subvenções de investimentos à realizar	15	697.002	148.121
				Subvenção de bens a apropriar - imobilizado	16	5.182.891	4.360.328
				Total do passivo não circulante		12.439.993	15.117.199
				Patrimônio líquido			
				(Déficits) acumulados	17	(17.524.364)	(23.892.991)
				Superávit do exercício		2.456.275	6.368.627
				Total do patrimônio líquido negativo		(15.068.089)	(17.524.364)
				Total do passivo e do patrimônio líquido negativo		16.768.872	18.030.307

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em Reais - R\$)			
	(Déficits) acumulados	Superávit do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(36.013.351)	12.120.360	(23.892.991)
Incorporação do superávit do ano anterior aos déficits acumulados	12.120.360	(12.120.360)	-
Superávit do exercício	-	6.368.627	6.368.627
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(23.892.991)	6.368.627	(17.524.364)
Incorporação do déficit do ano anterior ao déficit acumulado	6.368.627	(6.368.627)	-
Superávit do exercício	-	2.456.275	2.456.275
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(17.524.364)	2.456.275	(15.068.089)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em Reais - R\$)			
	31/12/2021	31/12/2020	
Déficit (superávit) do exercício	2.456.275	6.368.627	
Outros resultados abrangentes	-	-	
Resultado abrangente do exercício	2.456.275	6.368.627	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em Reais - R\$)			
	31/12/2021	31/12/2020	
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Superávit do exercício	2.456.275	6.368.627	
Ajustes por:			
Provisão para contingências	(682.200)	3.888.562	
Depreciações	1.534.879	884.082	
Custo residual de bens do ativo imobilizado baixados	-	755.581	
Doação recebidas em equipamentos médicos	(3.054.543)	(1.429.084)	
Varição de ativos e passivos operacionais (Aumento) redução dos ativos			
Recursos financeiros vinculados a projetos	2.076.455	(2.912.687)	
Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios	108.366	(108.366)	
Estoques	1.792.587	(1.844.112)	
Créditos diversos	9.832	(185.572)	
Depósitos judiciais	49.748	(36.297)	
Aumento (redução) dos passivos operacionais			
Fornecedores	(927.626)	399.867	
Arrendamento a pagar	805.867	-	
Obrigações trabalhistas	208.518	(1.579.210)	
Obrigações tributárias	(334.021)	(739.176)	
Outras contas a pagar	381.635	(53)	
Subvenções de Investimentos à Realizar	548.881	(246.495)	
Subvenções de bens a apropriar - imobilizado	822.563	(1.577.647)	
Contingências pagas	(3.924.358)	(1.312.880)	
Receita diferida	(431.000)	(324.395)	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.441.858	745	
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Direito de Uso	(991.836)	-	
Subvenções de bens a apropriar - compras de imobilizado	-	1.245.120	
Adições no imobilizado	(264.053)	(1.245.865)	
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento	(1.255.889)	(745)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	-	-	
Pagamento de arrendamento	(185.969)	-	
Varição de caixa e equivalentes de caixa	-	-	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	-	
Varição de caixa e equivalentes de caixa	-	-	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras "Carve-out"

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: 1.1. Instituto de Responsabilidade Social SÍRIO-LIBANÊS ("Instituto"): O Instituto de Responsabilidade Social SÍRIO-LIBANÊS ("Instituto") é uma associação sem fins lucrativos que, nos termos de seu Estatuto Social, tem por objeto "fomentar ou realizar atividades de promoção, proteção e assistência à saúde, sem finalidade lucrativa, através de ações na área médica, de saúde, de pesquisa e ensino (artigo 2º). Constituído em 14 de abril de 2008, com sede na Rua Peixoto Gomide nº 337, Bela Vista, São Paulo, Estado de São Paulo, devidamente inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, sob o nº 09.538.688/0001-32. Em 15 de julho de 2008, foi reconhecido pela Secretaria Municipal de Gestão como Organização Social de Saúde no Município de São Paulo e, em 30 de novembro de 2009, como Organização Social de Saúde pela Secretaria Estadual de Gestão Pública. **1.2 Hospital Geral do Grajaú "Professor Liberato John Alphonse Di Dio":** Inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, sob o nº 09.538.688/0005-66, localizada na Rua Francisco Octávio Pacca, nº 180, Grajaú. Em 15 de dezembro de 2011 foi celebrado Contrato de Gestão nº 001.0500.000.066/2011 com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, assumindo a gestão a partir de 1 de janeiro de 2012, por 5 anos. Para 2021 foi firmado os seguintes Termos Aditivos: • **01/21** – Verba de Custeio no valor de R\$ 134,3 milhões para o período de janeiro a novembro de 2021; • **02/21** – Verba de Custeio no valor de R\$ 1,5 milhão para enfrentamento da COVID-19 referente aos períodos de Abril, Maio e Junho. • **03/21** – Verba de Custeio no valor de R\$ 100 mil de emenda parlamentar referente ao período de Agosto. • **04/21** – Verba de Custeio no valor de R\$ 487 mil Programa Estratégico - Aquisição de Equipamentos Rede Cegonha referente ao período de Agosto. • **05/21** – Verba de Custeio no valor de R\$ 14,5 mil Projeto Especial "Corujão da Saúde – Oncologia referente aos períodos de Setembro, Outubro e Novembro. • **06/21** – Verba de investimento no valor de R\$ 109 mil para obras de adequação elétrica para ressonância magnética referente ao período de Outubro. Em 01 de dezembro de 2021, foi celebrado um novo contrato de gestão sob nº PROCESSO SES-PRC-2021/33119, que prevê a gestão por 5 anos, com o repasse global estimado em R\$ 828 milhões, com repasses previstos para 2022 de R\$ 165,6 milhões. Para este novo contrato foram firmados o Termo Aditivo: • **01/21** – Verba de Custeio no valor de R\$ 300 mil Emenda Parlamentar (Incremento Temporário do MAC) referente ao período de Dezembro. **1.3 Plano da Administração para o Hospital Geral do Grajaú:** A unidade Hospital Geral do Grajaú, incorreu em superávit de R\$ 2,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, reduzindo o patrimônio líquido negativo de R\$ 17,5 milhões para R\$ 15,1 milhões. O valor do patrimônio líquido negativo é o menor desde 2012, ano em que o IRSSL assumiu a gestão do Hospital Geral do Grajaú. O passivo circulante excede ao ativo circulante em R\$ 13,5 milhões. O plano orçamentário da unidade para 2021, previa resultado positivo na ordem de R\$ 1,7 milhões, foi considerado o corte de 7% no repasse definido pela SES. Alguns fatores impactaram nos números frente ao orçamento como a maior criticidade dos pacientes após referenciamento do Pronto socorro adulto e a segunda onda de Covid-19 com gravidade ainda maior que a primeira. No entanto, algumas ações foram efetivadas no intuito de reduzir impactos no orçamento e contribuir para melhora frente ao orçado. São elas: acompanhamento em tempo real dos itens de estoque pelo painel financeiro no sistema MV, reuniões periódicas de governança para acompanhamento dos custos e a renovação do contrato de gestão em dezembro/21, que trouxe acréscimo na receita do mês de dezembro frente ao orçado. Para o ano de 2022, as perspectivas são de superávit na ordem de R\$ 1,6 milhão. Esse resultado garante a tendência de redução no patrimônio líquido negativo da unidade. O Hospital Geral do Grajaú, é certificado pela ONA, nível 3, que reconhece padrões de qualidade e segurança do paciente em todas as áreas, além da gestão integrada, demonstrando assim que a unidade apresenta cultura organizacional de melhoria contínua e maturidade administrativa. **1.4 Impacto do COVID-19 nas operações:** A pandemia do novo coronavírus afetou praticamente todos os setores da economia, com paralisação de diversas atividades, implementação de medidas de restrição ao fluxo e a concentração de pessoas, redução da produção e isolamento social – o que fragilizou economias ao redor do globo. O Hospital Geral do Grajaú "Professor Liberato John Alphonse Di Dio" ("Unidade") é considerado como serviço essencial, desta forma tomamos todas as medidas conforme orientação dos gestores públicos e mantivemos nossas atividades operacionais, visto que estamos no rol de atividades prioritárias e de fundamental importância. Na nota explicativa nº 1.4 encontra-se a movimentação de numerários que recebemos para atendimento exclusivo de combate a pandemia. Não detectamos nenhum impacto de impairment no exercício por conta deste evento. **1.5 Imunidade Tributária:** O Instituto de Responsabilidade Social SÍRIO-LIBANÊS ("Instituto") é uma entidade de saúde, sem fins lucrativos, a qual, nos termos do artigo 150, VI, "c", da Constituição Federal, é imune aos impostos incidentes sobre sua renda, patrimônio e serviços, e imune às contribuições para a seguridade social, nos termos do art. 195, §7º, da Constituição Federal. Nesse sentido, como entidade imune, deve cumprir todas as obrigações acessórias previstas na legislação municipal de ISS, sobretudo quanto à emissão de nota fiscal na prestação de serviços. Independentemente da imunidade tributária do Instituto, não há incidência de ISS no âmbito do contrato de gestão, pois não há caracterização de prestação de serviços ao Poder Público. **2 Apresentação das demonstrações financeiras "Carve-out" e principais práticas contábeis adotadas: a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras "Carve-out" da Entidade foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras "Carve-out" que estão sendo apresentadas contemplam apenas os direitos, obrigações e o resultado das operações da filial Hospital Geral do Grajaú "Professor Liberato John Alphonse Di Dio" ("Entidade") gerida pelo Instituto de Responsabilidade Social SÍRIO-LIBANÊS ("Instituto") os quais são controlados e operados por meio de centros de custos pela controladoria do Instituto. Dessa forma, não representando, a situação financeira e patrimonial do Instituto como um todo (operações e resultados da sede-matriz, decorrentes das atividades hospitalares, e das filiais, decorrentes da operacionalização da gestão e execu-

ção das atividades e dos serviços de saúde dessas OSS's). Ressaltamos que no modelo de contratos de gestão de uma OSS - Organização Social de Saúde, quando existe o término do contrato e não há interesse entre as partes em mantê-lo, o ente público abre processo licitatório para contratação de uma nova entidade privada que passará a gerir o contrato. Dessa forma, os bens, direitos e deveres da OSS são transferidos de uma entidade privada para outra a partir desse momento. O contrato de gestão em questão segue o mesmo pressuposto e, caso o Instituto manifeste interesse em não renová-lo, o mesmo será devolvido ao ente público que buscará outra entidade privada para assumir o contrato de gestão. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras "Carve-out" do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi aprovada pelo Conselho de Administração do Instituto em 31 de março de 2022. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras "Carve-out" são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Instituto. Todas os saldos foram arredondados desconsiderando os centavos, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Instituto e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Determinação da vida útil do ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 3.c (iii)); e • Determinação da mensuração de provisões para demandas judiciais (Nota Explicativa nº 12). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir dessas estimativas. **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis do Instituto requer a mensuração de valor justo, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração do Instituto. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Instituto usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros do Instituto está classificado como Nível 2. O Instituto reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa 25 - Instrumentos financeiros: d. Base de preparação das demonstrações contábeis:** As demonstrações financeiras "Carve-out" foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados e atualizados pelo valor justo por meio do resultado. **3. Principais práticas contábeis:** As demonstrações financeiras "Carve-out" foram preparadas de acordo com as práticas contábeis descritas a seguir. **a. Recursos vinculados a projetos:** Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão. Dessa forma a Entidade não apresenta em seu balanço patrimonial a rubrica de caixa e equivalentes de caixa, consequentemente não há variação a ser apresentada na demonstração do fluxo de caixa associada a esse tema. **b. Estoques:** Os estoques estão relacionados, principalmente, a materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados junto aos pacientes atendidos no ambulatório. O custo dos estoques, baseado no princípio do custo médio, sendo avaliado com base no custo histórico de aquisição e acréscimo de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. **c. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando necessárias. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pelo próprio Instituto inclui o custo de materiais e mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Um item de imobilizado é baixado quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2019, data de transição do Instituto para as normas CPCs (IRFS) foi determinada com base em seu valor justo naquela data. **(ii) Custos subsequentes:** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Instituto. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(iii) Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado para o exercício corrente são as seguintes:

Anos	
10	Instalações
10	Móveis e utensílios

10	Máquinas e equipamentos médicos
10	Máquinas e equipamentos em geral
5	Software e hardware
5	Veículos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado como mudança de estimativas contábeis. Não houve evidências sobre a necessidade de alteração da expectativa de vida útil econômica dos ativos em relação ao ano anterior. **d. Redução ao valor recuperável:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. **e. Obrigações trabalhistas:** Contempla as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos, constituídas com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço. **f. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo seu custo de aquisição ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço. **g. Provisão para demandas judiciais:** O Instituto é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **h. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** O Instituto não pratica transações significativas de compras a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes. **i. Subvenções governamentais:** Os valores recebidos e empregados dos Contratos de Gestão firmados com a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo ("SES") e contratos de convênio firmados com o Governo, são registrados em conformidade com o CPC 07 (R1) Subvenção e Assistência

**Instituto de Responsabilidade Social Siro-Libanês
Unidade Hospital Geral do Grajaú "Professor Liberato John Alphonse Di Dio"**

Governmental, da seguinte forma: • **Subvenção para custeio** - Reconhece como receita do exercício para fazer fase às despesas incorridas. • **Subvenção para investimentos** – relacionada a ativos, incluindo aqueles ativos não monetários mensurados ao valor justo, deve ser apresentada no balanço patrimonial em conta de passivo, como receita diferida, enquanto apenas recebido registrados na rubrica "Subvenções de investimentos a realizar", após a aquisição do ativo, o montante é reclassificado para a rubrica "Subvenções de bens a apropriar - imobilizado", sendo reconhecidas como receita do exercício, ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos. • **Adicionalmente o bem adquirido é contabilizado como imobilizado e depreciado pela vida útil estimada.** j. **Apuração do resultado do exercício:** As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência. Os repasses dos contratos de gestão/convênios são efetuados pelos ente público geralmente no início do mês à competência. k. **Receitas com trabalhos voluntários:** As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo, levando-se em consideração os montantes que o Instituto teria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o Instituto não registrou receitas e despesas relacionadas aos trabalhos voluntários em decorrência de não ter efeito relevante nas demonstrações financeiras "carve-out". l. **Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** O recurso a receber de projetos de contratos de gestão e convênios são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Instituto se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um conta a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. (i) **Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Nos exercícios de 2021 e 2020 o Instituto não possuía nenhum instrumento financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Instituto mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR). Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais (quando houver) e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem o caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores imobiliários, contas a receber e outras créditos. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos finan-

ceiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. (ii) **Desreconhecimento:** O Instituto desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Instituto nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. O Instituto desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Instituto também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. (iii) **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. m. **Arrendamentos:** O Instituto optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Instituto reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. Em 2021, o Instituto possui ativos de direitos de uso e passivos de arrendamento dentro do escopo da norma CPC06 (R2) para um novo contrato firmado nesse exercício. n. **Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Entidade não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras "carve-out" pois não são aplicáveis ao contexto de suas operações, como segue: (a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37). (b) Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16) . (c) Outras Normas: Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras "carve-out" da Entidade: • Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16); • Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16). • Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3). • Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1). • IFRS 17 Contratos de Seguros.

4. Recursos financeiros vinculados a projetos:

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	44.544	1.445
Aplicações financeiras	3.105.979	5.225.533
	3.150.523	5.226.978

Referem-se principalmente a Fundos de Investimentos por cotas que apresentam em sua composição títulos públicos federais ou títulos privados de baixo risco de crédito, prê ou pós fixados. As remunerações das aplicações financeiras rendem juros que variam de 106% a 94% do CDI (em 2020 a remuneração ficou em 82% a 94% do CDI).

5. Recursos a receber de projetos – contratos de gestão e convênios

	31/12/2021	31/12/2020
Hospital Geral do Grajaú	-	108.366

As movimentações financeiras dos contratos de gestão e recursos próprios nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão demonstradas nos quadros abaixo:

Unidades	Recursos a Receber 31/12/2020	Recursos de Custeio	Recursos de Investimentos	Recursos Recebidos Investimentos	Recursos Recebidos - Custeio	Recursos a Receber 31/12/2021
Hospital Geral do Grajaú - Custeio	-	150.006.530	-	-	(150.006.530)	-
Hospital Geral do Grajaú - Investimento	108.366	-	596.374	(704.740)	-	-
Total	108.366	150.006.530	596.374	(704.740)	(150.006.530)	-

6. Estoques

	2021	2020
Medicamentos, materiais médico-cirúrgicos e enfermagem	1.661.387	3.173.399
Gêneros alimentícios, rouparia, uniformes e outros	535.338	815.913
	2.196.725	3.989.312

7. Direito de uso

	2021	2020
Equipamentos de informática (servidores)	805.867	-
Novo contrato	991.836	-
Depreciação	(185.969)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	805.867	-

8. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	Custos	Depreciação Acumulada	2021	2020
Instalações	10%	3.504.414	(399.652)	3.104.762	2.180.872
Móveis e utensílios	10%	1.963.549	(1.064.887)	898.662	1.046.956
Máquinas e equipamentos médicos	10%	10.103.319	(4.831.472)	5.271.847	4.197.126
Máquinas e equipamentos em geral	10%	1.127.972	(529.641)	598.331	474.195
Veículos	20%	31.300	(31.300)	-	-
Software e hardware	20%	701.301	(669.494)	31.807	36.574
Total		17.431.855	7.526.446	9.905.409	7.935.723

As movimentações do custo e da depreciação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão demonstradas nos quadros abaixo:

Custo	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2021
Instalações (b)	2.276.183	1.228.231	-	3.504.414
Móveis e utensílios	2.091.606	31.713	(159.770)	1.963.549
Máquinas e equipamentos médicos (a)	8.532.668	1.941.247	(370.596)	10.103.319
Máquinas e equipamentos em geral	928.766	239.283	(40.077)	1.127.972
Veículos	31.300	-	-	31.300
Software e hardware	677.167	32.657	(8.523)	701.301
Total custo	14.537.690	3.473.131	(578.966)	17.431.855
Depreciação	(95.311)	(304.341)	-	(399.652)
Instalações	(127.829)	(127.829)	107.592	(1.064.887)
Móveis e utensílios (1.044.650)	(775.999)	280.069	(4.831.472)	
Máquinas e equipamentos médicos(4.335.542)	(454.571)	(103.317)	28.247	(529.641)
Máquinas e equipamentos em geral	(31.300)	-	-	(31.300)
Veículos	(640.593)	(37.424)	8.523	(669.494)
Software e hardware	(6.601.967)	(1.348.910)	424.431	(7.526.446)
Total depreciação	(6.601.967)	(1.348.910)	424.431	(7.526.446)
Saldo líquido	7.935.723	2.124.221	(154.535)	9.905.409
	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2020
Instalações	2.276.183	-	-	2.276.183
Móveis e utensílios	2.132.497	95.481	(136.371)	2.091.606
Máquinas e equipamentos médicos	6.414.405	2.541.827	(423.564)	8.532.668

	2021	2020
Máquinas e equipamentos em geral	1.083.618	26.841
Veículos	31.300	-
Software e hardware	680.320	10.800
Total custo	12.618.323	2.674.949
Depreciação	(57.086)	(38.225)
Instalações	(904.375)	(140.275)
Móveis e utensílios	(3.689.900)	(645.642)
Máquinas e equipamentos médicos	(365.972)	(88.599)
Máquinas e equipamentos em geral	(31.300)	-
Veículos	(669.252)	-
Software e hardware	(884.082)	(640.593)
Total depreciação	(5.717.885)	(884.082)
Saldo líquido	6.900.438	1.790.867

(a)Dentre essas adições de imobilizado, o montante de R\$ 1.792.800 foi recebido como doação, sendo parte substancial no montante de R\$ 1.650.000 referentes à Aparelho de Tomografia e o montante de R\$ 142.800 referentes à equipamentos diversos também recebidos como doação. (b) Em 2019 foi assinado convênio nº 4690001491 de implantação de eficiência energética entre o IRSSL e a Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A com execução da AES Tietê Integra Soluções em Energia LTDA. O projeto foi devidamente reconhecido na competência de Jun-21 conforme quadro abaixo:
Valor doado em Contrato 1.228.231
Valor depreciado (204.705)
1.023.526

A depreciação mensal está ocorrendo conforme percentuais descritos em nota explicativa nº 3 (c). Parte dos bens do ativo imobilizado foram adquiridos com recursos não vinculados aos contratos de gestão e, consequentemente não possuem o passivo de subvenção de bens a apropriar em atendimento a CPC 07 (R1) Subvenção e Assistência Governamental (vide nota 15). Os montantes do imobilizado com restrição e sem restrição são apresentados a seguir:

	2021	2020
Imobilizado com restrição	5.182.891	4.360.328
Imobilizado sem restrição	4.722.518	3.575.394
Total imobilizado	9.905.409	7.935.722
	2021	2020
Fornecedores nacionais	6.229.148	7.342.743

Referem-se às obrigações correntes com fornecedores, principalmente de serviços e de materiais hospitalares. Os fornecedores por vencimento apresentam-se da seguinte maneira:

	2021	2020
Vencidos	23.943	49.827
A vencer até 30 dias	5.328.916	6.865.798
A vencer de 31 a 180 dias	876.289	427.117
	6.229.148	7.342.743

10. Arrendamento a pagar

	2021	2020
Arrendamento a pagar	805.867	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-
Novo contrato	991.836	-
Pagamentos efetuados	(185.969)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	805.867	-
Curto Prazo	247.959	-
Longo Prazo	557.908	-

Refere-se a contrato de arrendamento firmado em 2021 registrado pelo Instituto em atendimento a CPC 06 (R2) - Arrendamentos, principalmente pelo atendimento ao item 63c, que determina que o prazo do arrendamento deve ser equivalente à maior parte da vida econômica do ativo, mesmo se a propriedade não for transferida. No caso do Instituto, a vida útil econômica foi estimada em 60 meses e o contrato de locação possui vigência de 48

meses. O contrato refere-se a aparelhos de informática (servidores) a ser pago em 48 parcelas mensais, iguais e consecutivas de R\$ 20.663. O Instituto entende que não haveria efeitos relevantes na apuração da taxa de desconto considerando o montante do contrato e também pelo fato do efeito ser entre ativos e passivos e com impacto ainda mais imaterial no reconhecimento das parcelas pagas ao longo do exercício (segregação dos juros e do principal na parcela paga). Dessa forma, os valores apresentados não possuem taxas de descontos.

11. Obrigações trabalhistas

	2021	2020
Provisão para férias e encargos sobre férias	6.716.499	6.829.358
Salários e ordenados a pagar	3.469.367	3.385.547
Contribuições e encargos sociais	2.132.493	1.894.936
	12.318.359	12.109.841

12. Obrigações tributárias de terceiros

	2021	2020
Impostos e taxas municipais parceladas (i)	-	320.296
PIS / COFINS / CSLL	41.108	126.790
INSS pessoa jurídica	7.799	52.161
IRRF	119.169	30.753
ISS	39.713	11.827
Impostos e taxas municipais	17	-
	207.806	541.827

(i)Parcelamento encerrado em mai-21 conforme termo de extrato de parcelamento PAT 2780030-0 - Emitido em 04/06/2021.

13. Provisão para demandas judiciais

	2021	2020
Provisão para demandas judiciais	6.002.192	10.608.750

O Instituto é parte (pólo passivo) em ações judiciais envolvendo questões cíveis e trabalhistas. A Administração, apoiada na opinião de seus consultores legais, constituiu provisões para cobertura das perdas consideradas como prováveis para os processos, nos montantes indicados a seguir:

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Reversões	Pagamentos	Saldo em 31/12/2021
Trabalhistas	2.072.241	963.972	(280.352)	(1.301.658)	1.454.203
Cíveis	8.536.509	798.509	(2.164.329)	(2.622.700)	4.547.989
	10.608.750	1.762.481	(2.444.681)	(3.924.358)	6.002.192
	Saldo em 31/12/2019	Adições	Reversões	Pagamentos	Saldo em 31/12/2020
Trabalhistas	1.207.424	1.821.140	(227.041)	(729.282)	2.072.241
Cíveis	6.825.644	2.540.730	(246.267)	(583.598)	8.536.509
	8.033.068	4.361.870	(473.308)	(1.312.880)	10.608.750

O Instituto está envolvido em outros processos cíveis e trabalhistas surgidos no curso normal de suas operações, classificados por seus consultores legais com risco de perda possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída. Os montantes destes processos, em 31 de dezembro de 2021 são: trabalhistas R\$ 705.221 (R\$ 708.922 em 2020) e R\$ 1.428.442 de processos cíveis (R\$ 972.237 em 2020). Os principais temas trabalhistas abordados nesses processos versam sobre horas extras, adicionais de insalubridade, equiparação salarial, verbas rescisórias, dentre outros. Não são esperadas perdas no encerramento desses processos além dos montantes já provisionados. Os processos relacionados à natureza cível têm como principais discussões erros médicos, de diagnósticos, entre outros. Os principais temas cíveis abordados nesses processos versam, principalmente, sobre questões de erro médico. Caso essas contingências, venham a ter um desembolso financeiro provável, o Instituto negociará junto a Secretaria Estadual de Saúde um complemento de repasse no contrato de gestão para cobertura de eventual indenização. Os depósitos judiciais mantidos no ativo não circulante, que não possuem passivos contingentes associados, possuem a seguinte composição:

Natureza	2021	2020
Trabalhista	215.854	265.602
	215.854	265.602

14. Subvenção de investimentos a realizar

	2021	2020
Subvenções de investimentos a realizar	697.002	148.121

Movimento de 2021

	Saldo em 31/12/2020	Recebimento de recursos	Consumo	Receitas financeiras líquidas	Saldo em 31/12/2021
Subvenções de investimentos a realizar	148.121	596.374	(47.493)	-	697.002

Movimento de 2020

	Saldo em 31/12/2019	Recebimento de recursos	Consumo	Receitas financeiras líquidas	Saldo em 31/12/2020
Subvenções de investimentos a realizar	394.616	108.366	(354.861)	-	148.121

Referem-se aos recursos recebidos da Secretaria de Estado da Saúde do Estado de São Paulo, porém ainda não utilizados mas que já estão destinados exclusivamente para investimentos para aquisições de equipamentos para as unidades.

15. Subvenção de bens a apropriar – imobilizado

	2021	2020
Subvenção de bens a apropriar – Imobilizado	5.182.891	4.360.328

Movimento de 2021

	Saldo em 31/12/2020	Total de Aquisições	Total de Baixas	Depreci- ação Acumulada	Saldo em 31/12/2021
Subvenção de bens a apropriar	4.360.328	1.829.546	(123.248)	(883.735)	5.182.891

Movimento de 2020

	Saldo em 31/12/2019	Total de Aquisições	Total de Baixas	Depreci- ação Acumulada	Saldo em 31/12/2020
Subvenção de bens a apropriar	4.692.855	1.245.120	(765.821)	(811.826)	4.360.328

As subvenções para investimentos são classificadas no passivo não circulante, na rubrica "Subvenções de bens a apropriar - imobilizado", sendo reconhecida como receita do exercício, ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 07 (R1). Vide notas explicativas nº 8 e 13.

16. Patrimônio Líquido: Conforme Estatuto Social da Instituição, deverá ser aplicado integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais, não podendo, como consequência, distribuir nenhuma parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou de participação no seu superávit. Dessa forma, superávits e déficits dos exercícios são integralmente incorporados ao patrimônio líquido. De acordo com o Estatuto Social, em caso de extinção ou dissolução os bens que integram o seu patrimônio, bem como os excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados ao patrimônio de outra organização social da mesma área de atuação ou ao patrimônio do órgão público ou instituição pública na proporção dos recursos e dos bens por ele alocados nos termos dos contratos de gestão. **Remuneração da Administração:** O Instituto não remunera de forma direta ou indireta seus membros do conselho de administração e conselho fiscal.

17. Receitas dos contratos de gestão - Estadual

	2021	2020
Receitas com contrato de gestão Estadual	-	-
- Hospital Geral		

Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês
Unidade Hospital Geral do Grajaú "Professor Liberato John Alphonse Di Dio"

18.Receitas com doações:

	2021	2020
Doação Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês – Covid-19 (a)	2.063.780	8.953.883
Outras receitas com doações em espécie e material	816.514	-
Projeto de Eficiência Energética ENEL	1.228.231	-
	4.108.525	8.953.883

(a)Doações recebidas de empresas diversas pela Matriz e repassadas às unidades, excepcionalmente para assegurar a realização da prestação de serviços que teve maior incidência devido ao Covid-19.

19. Outras receitas

	2021	2020
Residência médica	775.415	726.874
Locação de espaço	92.872	100.772
	868.287	827.646

	2021	2020
20.Custos com pessoal, medicamentos, materiais e serviços médicos		
Pessoal e encargos	(72.081.343)	(74.188.507)
Serviços médicos	(34.410.775)	(37.626.986)
Medicamentos e materiais	(18.353.027)	(19.009.397)
Materiais de consumo	(4.006.996)	(3.933.442)
Higiene e limpeza	(3.901.392)	(3.767.551)
Nutrição	(2.469.265)	(2.571.034)
Lavadeira e rouparia	(2.536.173)	(2.283.803)
Segurança e vigilância	(259.641)	(259.641)
	(138.018.612)	(143.640.361)

21. Utilidade pública

	2021	2020
Energia elétrica	(1.455.070)	(1.362.241)
Água	(1.034.726)	(1.415.830)
Gás natural	(513.430)	(417.437)
Telecomunicações	(223.961)	(305.258)
Combustíveis e lubrificantes	(12.559)	(7.585)
	(3.239.746)	(3.508.351)

22. Serviços profissionais

	2021	2020
Serviços diversos - pessoa jurídica (a)	(5.891.428)	(5.402.693)
Suporte em infraestrutura de TI	(1.314.876)	(1.660.095)
Manutenção e conservação	(1.055.633)	(853.977)
Auditoria	(146.595)	(98.665)
Consultoria e assessoria	(39.688)	(45.485)
	(8.448.220)	(8.060.915)

(a)Despesas de prestações de serviços executados pelo Instituto (backoffice) para o Hospital Geral do Grajaú de acordo com o termo de cooperação.

23.Outras (despesas) operacionais, líquidas

	2021	2020
Locação de equipamentos (a)	(2.223.112)	(2.085.664)
Impostos e taxas municipais (b)	(590.757)	(567.438)
Inventários nos estoques	(394.136)	(331.291)
Arquivo e guarda de documentos	(164.201)	(155.730)
Uniformes / E.P.I.	(82.634)	(89.858)
Ornamentação e paisagismo	(34.320)	(46.190)
Despesas legais / fiscais / parafiscais	(47.412)	(27.804)
Outras despesas	(78.782)	-
Outras despesas	(3.615.354)	(3.303.975)
Outras receitas	448.425	317.760
	(3.166.929)	(2.986.215)

(a)Durante 2021, devido aos impactos do Covid-19, se fez necessário um maior volume de locações de equipamentos médicos. (b)Despesas com Taxas de Lixo (TRSS).

24.Receitas financeiras, líquidas

	2021	2020
Receita de aplicações financeiras	318.122	219.129
Descontos obtidos	42.114	8.241
	360.236	227.370
Juros e multas sobre parcelamento	(1.011)	(17.526)
Outras despesas financeiras	(26.541)	(29.801)
Multas	-	(121)
Juros incorridos	(3.423)	(9.305)
	(30.976)	(56.753)
	329.260	170.617

25.Instrumentos financeiros: O Instituto opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos, que incluem aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar, salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado. Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 o Instituto não efetuou operações com derivativos. Em função das características e forma de operação (bem como posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2021 e de 2020), o Instituto não possui operações financeiras com instrumentos financeiros, entretanto, poderá incorrer em riscos

relativos a "Risco de crédito e Risco de liquidez". (f) **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Instituto na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Instituto. O Instituto mantém discussões com os órgãos públicos para garantir sua liquidez, com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde e Prefeitura Municipal de São Paulo, através da Secretaria Municipal de Saúde, buscando equalizar as obrigações assumidas na gestão do Instituto. *Exposição ao risco de liquidez:* A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira.

31/12/2021

	Valor Contábil	Total
Passivos financeiros não derivativos		
Fornecedores	6.229.148	6.229.148
Total	6.229.148	6.229.148

31/12/2020

	Valor Contábil	Total
Passivos financeiros não derivativos		
Fornecedores	7.374.832	7.374.832
Outras Contas a Pagar	12.061	12.061
Total	7.386.893	7.386.893

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Instituto incorrer em perdas decorrentes de um contrato de gestão ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber com a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo e de instrumentos financeiros, porém o risco é reduzido em função da totalidade dos recursos estarem aplicados em bancos considerados de primeira linha. Exposição a riscos de crédito. A seguir, estão os valores contábeis dos ativos financeiros que representam a exposição máxima do crédito, na data das demonstrações financeiras "carve-out" 2021:

	Nota	2021	2020
Recursos financeiros vinculados a projetos	4	3.150.523	5.226.978
Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios	5	-	108.366
Outros ativos	-	1.300.361	504.326
Total		4.450.884	5.839.670

26. Impostos e contribuições

Imposto de renda e contribuição social: Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, o Instituto goza de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 150, VI, "c" e 195, §7º, da Constituição Federal. **PIS e COFINS:** Considerando que o Instituto é Entidade sem fins lucrativos e possui Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social, nos termos exigidos pela Lei Federal nº 12.101/09, goza de imunidade sobre as contribuições sociais, tais como contribuição para o financiamento da Seguridade Social – COFINS e Contribuição PIS/PASEP. **ISS sobre a receita (ISSQN):** O Instituto é uma entidade de saúde, sem fins lucrativos, a qual, nos termos do artigo 150, VI, "c", da Constituição Federal, é imune aos impostos incidentes sobre os seus serviços. Nesse sentido, como entidade imune, deve cumprir todas as obrigações acessórias previstas na legislação municipal de ISS, sobretudo quanto à emissão de nota fiscal na prestação de serviços. A administração obteve a declaração de imunidade da Prefeitura Municipal de São Paulo, sob nº 2021-000756/CR02, para o exercício de 2021. **Renúncia fiscal:** Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) – entidade sem finalidade de lucros, de 21 de agosto de 2016, aprovada pela resolução CFC nº 1.409/12, o Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês apresenta a seguir a relação dos tributos, objeto da renúncia fiscal apurada nos exercícios de 2020 e de 2019. O Instituto não possui escrituração fiscal, tal como escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos: • IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica); • CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido); • ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza); • COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias; • ITCMD (Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de quaisquer bens ou direitos); O Instituto apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Para isso, em nosso julgamento, consideramos os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas, ressaltando que tratam-se de divulgação de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função do Instituto não possuir escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos. Em atendimento ao disposto na alínea "d", inciso IX do art. 169 da portaria de consolidação GM/MS nº 1, de 2017, informamos o montante estimado dos benefícios fiscais usufruídos, aplicado sobre os contratos de gestão Estadual e Municipal. Muito embora existe orientação disposta no parecer nº 223/2013/EHSN/CO-

DELEGIS /COGEAJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU, desconsiderando estas rubricas da base de cálculo, assim como as receitas com doações, receitas com locações de espaços, repasses mantenedora e reembolsos de despesas, por não representarem prestação de serviço em saúde, adicionalmente informamos abaixo o calculo como se devido fosse.

	2021	2020
Receita dos contratos de gestão - Estadual	150.876.389	159.384.967
ISS 2%	3.017.528	3.187.699
PIS 0,65%	980.697	1.036.002
COFINS 3%	4.526.292	4.781.549
	8.524.517	9.005.250
Superávit do exercício	2.456.275	6.368.627
IRPJ e CSLL 34%	835.134	2.165.333

Fluxo de caixa contratuais			
6 meses ou Menos	06 - 12 Meses	1 - 2 Anos	Mais de 5 anos
6.229.148	-	-	-
6.229.148	-	-	-

Fluxo de caixa contratuais			
6 meses ou Menos	06 - 12 Meses	1 - 2 Anos	Mais de 5 anos
7.374.832	-	-	-
7.374.832	-	-	-

Receita com doações **4.108.525** **8.953.883**
Total da estimativa de isenção - ITCMD (4%) **164.341** **358.155**
Total das estimativas e principais renúncias **9.523.991** **11.528.738**

27. Isenção de INSS cota patronal

Em 02 de setembro de 2020, foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) nº 169, Portaria nº 806, de 26 de agosto de 2020, Deferir, em grau de Reconsideração, a Renovação do CEBAS do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês, com sede em São Paulo (SP). O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições, Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014; Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde; Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e Considerando a Nota Técnica nº 244/2020-CGGER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.136428/2018-58, que concluiu, na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve: Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela aplicação do percentual de 20% (vinte por cento) da receita efetivamente recebida da prestação de serviços de saúde em gratuidade, do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês, CNPJ nº 09.538.688/0001-32, com sede em São Paulo (SP). Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 21 de setembro de 2018 a 20 de setembro de 2021. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Art. 3º Fica sem efeito a Portaria nº 900/SAES/MS, de 29 de julho de 2019, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 156, de 14 de agosto 2019, seção 1, página 75. Com o deferimento se mantém o período de gozo da isenção de INSS patronal (20,0% sobre salário bruto), FPAS (5,0%), Seguro contra Riscos e Acidentes RAT (2,16%), totalizando 27,16%. Em 15/09/2021 ingressamos com o pedido de renovação do CEBAS junto ao Ministério da Saúde conforme Processo de renovação SEI nº 25000.138728/2021-77 Ofício nº 1507/2021/CGGER/DCEBAS/SAES/MS. Até a publicação deste Relatório de Auditoria não tivemos retorno ante a petição. Em atendimento ao disposto na alínea "d", inciso IX do art. 169 da portaria de consolidação GM/MS nº 1, de 2017, informamos o montante estimado dos benefícios fiscais usufruídos para os exercícios a seguir. Para isso, em nosso julgamento, consideramos as contribuições de INSS do ano de 2020 e 2019 e as respectivas alíquotas, ressaltando que tratam-se de divulgação de renúncia fiscal abrangendo as contribuições de INSS (cota patronal), em função do Instituto não possuir escrituração fiscal, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos:

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal e encargos	72.081.343	74.188.507
Total da estimativa de isenção		
(Consolidado) - INSS cota patronal (27,16%)	19.577.293	20.149.599

Maria Angela Atallah	Mario Sergio Cutait	Carolina Lastra	Cláudio Augusto Generoso	Rildo Ancigan de Siqueira
Presidente do conselho de administração do Instituto	Membro do conselho de administração do Instituto	Diretora Executiva	Gerente Financeiro e Contábil	Contador CRC 1PE020957/O-0 T' SP

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras "carve-out"

Aos Conselheiros e Diretores do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês, gestor do Hospital Geral do Grajaú São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras "carve-out" do Hospital Geral do Grajaú ("Entidade") filial do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras "carve-out" acima referidas apresentam adequadamente, em todos os as-

pectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital Geral do Grajaú, filial do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpri-

mos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração e restrição sobre uso e distribuição

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 que descreve a base de elaboração das demonstrações financeiras "carve-out" e os critérios utilizados para o rateio e alocação das receitas, despesas, ativos e passivos. As demonstrações financeiras "carve-out" podem não ser um indicativo da posição e performance financeira e dos fluxos de caixa que poderiam ser obtidos se o Hospital Geral do Grajaú tivesse operado como uma única entidade independente. As demonstrações financeiras "carve-out" foram elaboradas pela administração do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês com o propósito específico de serem utilizadas no processo de

Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês
Unidade Hospital Geral do Grajaú "Professor Liberato John Alphonse Di Dio"

prestação de contas com a Secretaria Estadual da Saúde, portanto, podem não servir para outras finalidades. Nosso relatório destina-se exclusivamente para a utilização e informação no processo de prestação de contas com a Secretaria Estadual de Saúde identificados pelo Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes que não o do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês, Hospital Geral do Grajaú e Secretaria Estadual da Saúde. Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto.

Ênfase - Reequilíbrio econômico de contrato de gestão junto a Secretaria Estadual da Saúde

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1.5 às demonstrações financeiras, que indica que em 31 de dezembro de 2021 o contrato de gestão junto à Secretaria Estadual da Saúde apresentava deficiência de capital de giro de R\$ 13.555.226 e patrimônio líquido negativo em R\$ 15.068.089. O Instituto vem buscando alternativas junto à Secretaria Estadual da Saúde visando a renegociação dos valores dos repasses do contrato de gestão para equalizar os seus fluxos financeiros. Até a data de conclusão dos nossos trabalhos, não houve desfecho desse assunto. Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras "carve-out"

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras "carve-out" de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras "carve-out", a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração

das demonstrações financeiras "carve-out", a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras "carve-out"

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras "carve-out", tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras "carve-out". Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras "carve-out", independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos

controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras "carve-out" ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras "carve-out", inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras "carve-out" representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de abril de 2022
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marcos A Boscolo
Contador CRC 1SP198789/O-0